

Economia - Brasil

Tavares distribuirá farpas contra os países mais ricos

Paulo Moreira Leite
de Washington

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, tem apenas dez minutos, na tarde de hoje, em Nova Orleans, para transmitir o recado do governo brasileiro à Assembléia de governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID. Num discurso que trouxe pronto do Brasil, lido e aprovado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, Tavares vai tocar em dois pontos relevantes. No primeiro, lembra a importância dos financiamentos do BID para o desenvolvimento dos países da América Latina e do Caribe. Apoiado nas privatizações, Martus Tavares mostrará que esses recursos não se destinam a empresas estatais, como no passado, mas a investimentos privados.

Em outro ponto, o ministro vai falar sobre o projeto de perdoar a dívida externa dos países muito pobres da região. Irá dizer, em público, aquilo que o mundo diplomático conhece em privado. O governo brasileiro concorda com esse perdão, mas gostaria que os países ricos, que patrocinaram a idéia em primeiro lugar, assumissem o compromisso de pagar a maior parte da conta dessa solidariedade internacional — em vez de colher os louros pelo gesto e mandar a cobrança para países como Brasil, México e Argentina.

O governo discute novos financiamentos do BID desde o ano passado, quando chegou a apresentar o programa Avança Brasil em Washington. Ao falar do assunto diante dos 46 governadores reunidos na plenária do banco, porém, Martus Tavares estará tocando, sem dizer, numa questão que domina as conversas fechadas nos gabinetes de Nova Orleans — o debate, quentíssimo, entre a Casa Branca e o Congresso americano, sobre a necessidade de se reduzir investimentos nos bancos de desenvolvimento. “Cada um é livre para interpretar meu discurso como quiser”, diz o ministro. O Brasil é um dos grandes acionistas do BID e, com uma carteira de US\$ 21 bilhões em créditos nos 40 anos de história do banco, o maior tomador de empréstimo.

A discussão sobre o perdão da dívida dos países muito pobres também envolve o debate sobre corte nos financiamentos dos países de-

senvolvidos. Foi o G-7 que teve a idéia de reconhecer que determinados países encontram-se numa situação de insolvência e miséria tão gritante que o melhor remédio é cancelar suas dívidas — inclusive com os bancos de desenvolvimento. Numa primeira negociação, três países membros do BID conseguiram se qualificar na categoria de muito pobres e altamente endividados e foram beneficiados. A conta, na ocasião, ficou em US\$ 400 milhões.

A novidade é que o G-7 resolveu promover uma segunda rodada de perdão, que muda os critérios. Agora já são quatro países com direito ao perdão — Nicarágua, Bolívia, Guiana e Honduras — e um papagaio avaliado, provisoriamente, em US\$ 700 milhões.

O debate é saber quem vai por a mão no bolso — se são os países desenvolvidos, que apenas investem dinheiro na instituição, ou os países latino-americanos, que tomam empréstimos. Os países desenvolvidos querem que o prejuízo vá para a conta dos países que tomam dinhei-

Brasil defende os financiamentos do BID e quer que desenvolvidos paguem a conta do perdão à dívida dos pobres

ro emprestado no banco — eles passariam a arcar com uma taxa de juros um pouco mais elevada do que a atual para pagar a diferença. O outro bloco, onde se inclui o Brasil, acha que chegou a hora dos países desenvolvidos entrarem com sua parte. Na tarde de ontem, Martus Tavares reuniu-se com José Angel Gurria, ministro da Fazenda do México, e com um assessor de José Luís Maquieira, o equivalente argentino. Os três conversaram sobre o perdão da dívida apenas para confirmar que seus respectivos governos têm pensamento idêntico sobre o tema.

Longe dos assuntos do banco, Martus Tavares está cumprindo uma agenda de reuniões com possíveis investidores internacionais. Teve um primeiro encontro no Domingo de manhã e saiu satisfeito. “Antes os ministros viajavam para o exterior e tinham de explicar que a situação não era tão ruim como se dizia”, explica. “Agora todos já sabem de nossos números e perguntam sobre o futuro.” Quando essa oportunidade se apresenta, o ministro exibe um pacote de investimentos programados para os próximos anos — são obras avaliadas em US\$ 106 bilhões, metade do dinheiro em projetos da iniciativa privada.